



**DILEMAS E CONFLITOS VIVIDOS POR DOCENTES DA EDUCAÇÃO DE  
PESSOAS JOVENS E ADULTAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO  
PRISIONAL**

**Welliton Borges de Souza<sup>1</sup>; Eliane Nascimento dos Santos<sup>2</sup>; Márcia Novais  
Oliveira<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Especialista em Educação Especial, Prefeitura Municipal de Vitória da  
Conquista, Escola Municipal Maria Santana. E-mail: [wbbio2013@gmail.com](mailto:wbbio2013@gmail.com);  
<sup>2</sup> Especialista em Coordenação Pedagógica – UFBA, Prefeitura Municipal de Vitória da  
Conquista, Escola Municipal Maria Santana. Email: [lika\\_enascimento@hotmail.com](mailto:lika_enascimento@hotmail.com); <sup>3</sup>  
Especialista em Educação em Prisões, Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista,  
Escola Municipal Maria Santana, Email: [marcianovais2011@hotmail.com](mailto:marcianovais2011@hotmail.com).

**EIXO TEMÁTICO: SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
IDENTIDADE E DIVERSIDADE**

**RESUMO:**

A temática da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, em espaços de privação de liberdade, chegou ao nosso conhecimento no ano de 2014, no momento em que passamos a compor a equipe gestora da Escola Municipal Maria Santana, escola da rede municipal de ensino da cidade de Vitória da Conquista, Bahia, na qual estudantes do Presídio Regional Nilton Gonçalves encontram-se vinculados. Em nossos diálogos com as professoras e com monitores-presos (indivíduos que exercem a docência na escola no interior da prisão e que, assim como seus alunos, encontram-se presos), atuantes naquele contexto, tomamos conhecimento do cotidiano do trabalho docente realizado no espaço da prisão. Tivemos, também, ao longo desse período (de 2014 a outubro de 2015), a oportunidade de visitar o local em diversos momentos. Pelo que percebemos, trata-se de um contexto complexo, um espaço com características próprias, marcado por regras, conflitos, dilemas, contradições. O ambiente prisional é marcado por uma estrutura autoritária, por uma rotina rígida e por padrões e procedimentos que constituem uma cultura carcerária. A singularidade desse ambiente, bem como a pluralidade de sujeitos, culturas e saberes ali presentes, o tornam *lócus* e tema de pesquisa desafiador. Tomando como referência o contexto citado, nossa intenção, nesse trabalho, é analisar a seguinte questão de pesquisa: Quais os principais dilemas e conflitos vividos por docentes da EPJA no presídio, considerando o cotidiano das práticas pedagógicas desenvolvidas? Diante dessa questão, buscamos analisar os principais dilemas e conflitos vividos por docentes da EJA no presídio, considerando o cotidiano das práticas pedagógicas desenvolvidas. Metodologicamente, realizamos, no período citado, momentos como: a) observações diretas realizadas no cotidiano das aulas no presídio; b) registro das observações, em forma de diário de campo; c) realização de grupo focal com presos-educandos e com monitores-presos-docentes. A oferta de educação nas prisões é, ainda hoje, um tema controverso. Apesar de a educação constituir-se num direito humano que deve, por isso mesmo, ser garantido, há aqueles que pensam que a sua concessão aos indivíduos, em situação de privação de liberdade, seria um privilégio, uma espécie de prêmio que, por sua vez, acabaria por



coroar a conduta. Vale salientar, nesse contexto, que, embora privadas de liberdade, as pessoas presas continuam sendo titulares dos demais direitos fundamentais e, portanto, o direito à educação lhes deve ser assegurado, tendo como propósito a reinserção social desses sujeitos e, principalmente, oferecendo-lhes novas possibilidades ao saírem da prisão. Como sabemos, as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade em Estabelecimentos Penais estabelecem que as ações de educação, em contextos de privação de liberdade, precisam ter como base a legislação educacional vigente no país, a Lei de Execução Penal e os tratados internacionais, no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, dos quais o Brasil é signatário (BRASIL, 2013). Há, portanto, amplo amparo legal para o incremento nos estabelecimentos penais da EPJA privados de liberdade, vista não como benefício, mas como direito humano subjetivo, contribuindo para o desenvolvimento pleno da pessoa presa e colaborando para sua ressocialização. Em síntese, a educação nas prisões teria, portanto, o papel de promover a reintegração à sociedade do sujeito privado de liberdade, fornecendo-lhe ferramentas que o auxiliem quando em liberdade. Com base nas observações e escutas realizadas até o momento, é possível enumerar alguns dos principais dilemas e conflitos vividos pelos docentes, atuantes em contextos de privação de liberdade: 1) o sentimento de desvalorização quando comparados aos colegas de profissão que atuam em outros espaços; 2) a dificuldade em articular as demandas próprias da prática docente e as surgidas em situações de crise verificadas no âmbito da prisão (por exemplo, administrar a tensão e revolta dos alunos-presos nas aulas que sucedem o “bate-cela”); 3) manter a imparcialidade, não se deixando influenciar pelo conhecimento prévio que se tem a respeito do aluno e/ou do crime por ele cometido; 4) estabelecer parceria com as equipes responsáveis pelo controle e segurança no interior do presídio (agentes penitenciários); 5) conhecer a(s) cultura(s) da prisão, bem como, suas normas e regras; 6) a falta de estrutura física adequada e de recursos didáticos e pedagógicos que atendam à especificidade da educação de pessoas jovens e adultas presas; 7) exposição do docente a uma situação de vulnerabilidade; 8) má remuneração e vínculos de trabalho precários (os professores em sua maioria têm contratos por tempo determinado). Os resultados e conclusões construídos no percurso desta investigação permitem afirmar, apoiando-nos em Leme (2007, p. 115), que “[...] em hipótese alguma podemos ignorar ou negar que a realidade dos presos possui características muito próprias. Assim, a escola ou, mais especificamente a ‘cela de aula’ [...] é diferenciada de qualquer outra [...]”. Diante do exposto, podemos afirmar que a escola, no interior da prisão, além das características que são próprias das instituições escolares, possui características muito peculiares, diferentes das verificadas em qualquer outro espaço ou contexto educacional. O fato de estar inserida em um espaço de privação de liberdade faz com que a escola na prisão e, por sua vez, a prática educativa nela realizada assumam contornos próprios e bastante singulares. Para Onofre (2007, p. 23), mesmo havendo elementos comuns à educação pensada para os que estão em liberdade, na prisão, existem aqueles que lhe são específicos. Para a autora, o papel da educação em espaços de privação de liberdade é mais amplo, tendo como horizonte a liberdade. Diz a autora: [...] para os que estão presos, a liberdade é a grande expectativa de vida, objetivo, sonho e motivação maior para sua existência. Tudo gira em torno dela: estudo, trabalho, oração, aceitação das grades” (ONOFRE, 2007, p. 23). Podemos dizer que a EPJA, no contexto prisional, não é e nem pretende ser a solução para o problema carcerário no Brasil (ONOFRE, 2014; FREIRE, 1987). Entretanto, a educação escolar na prisão pode colaborar de maneira efetiva para a reintegração à sociedade do



indivíduo preso e para a recuperação de sua identidade e da dignidade humana, preparando-lhe para a vida social livre.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos Privados de Liberdade; Educação Prisional; Docência em Espaços de Privação de Liberdade.

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEME, José Antônio Gonçalves. A cela de aula: tirando a pena com letras: uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFCar, 2007. p. 111-160.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado?. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFCar, 2007. p. 11-28.

\_\_\_\_\_. **Educação escolar na prisão: o olhar de alunos e professores**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.